26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

FORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DAS PROPOSTAS CURRICULARES BRASILEIRAS

ARCHIVAL EDUCATION AND SUSTAINABILITY: *A PRELIMINARY ANALYSIS OF BRAZILIAN CURRICULUM PROPOSALS*

Suelen Spindola Bilhar – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Genilson Geraldo – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O estudo buscou identificar, nos cursos brasileiros de graduação em Arquivologia, quais instituições fomentam discussões relacionadas à sustentabilidade e temáticas correlatas em suas matrizes curriculares. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, adotando a pesquisa documental como procedimento principal, complementada pela pesquisa bibliográfica, e a Análise de Conteúdo de Bardin (2016) para tratamento e interpretação dos dados. Foram mapeados 17 cursos ativos de graduação em Arquivologia ofertados por universidades públicas brasileiras (federais e estaduais). A análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) e matrizes curriculares, mediante critérios previamente estabelecidos para identificação dos componentes relacionados à sustentabilidade, identificou seis disciplinas vinculadas à temática da sustentabilidade. Verificou-se que cinco dessas disciplinas são ofertadas na modalidade optativa e que a região Nordeste apresenta maior aderência ao tema. Contudo, constatou-se que apenas 35% dos cursos brasileiros analisados promovem discussões relacionadas à sustentabilidade em suas grades curriculares, evidenciando uma inserção ainda limitada e heterogênea da temática na formação arquivística brasileira e a necessidade de fortalecer esse debate diante dos desafios contemporâneos e do papel estratégico da profissão na promoção da responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Projetos pedagógicos de curso; arquivologia; sustentabilidade; educação ambiental.

Abstract: The study sought to identify which Brazilian undergraduate Archival Science programs foster discussions related to sustainability and associated themes within their curricula. The research is characterized as qualitative, exploratory, and descriptive, adopting documentary research as the primary methodological procedure, complemented by bibliographic research, and employing Bardin's (2016) Content Analysis for data treatment and interpretation. A total of 17 active undergraduate Archival Science programs offered by Brazilian public universities (federal and state institutions) were mapped. The analysis of the

Pedagogical Course Projects (PPCs) and curricular structures, based on previously established criteria for identifying components related to sustainability, identified six courses associated with the sustainability theme. Five of these courses are offered as electives, and the Northeast region showed the highest level of engagement with the theme. However, only 35% of the Brazilian programs analyzed were found to promote discussions related to sustainability within their curricula, revealing that the integration of this theme into Brazilian archival education remains limited and heterogeneous and highlighting the need to strengthen this debate in light of contemporary challenges and the strategic role of the profession in promoting socio-environmental responsibility.

Keywords: course pedagogical projects; archival science; sustainability; environmental education.

1 INTRODUÇÃO

A investigação sobre a aderência de temáticas sustentáveis no âmbito do ensino da Arquivologia é uma demanda global frente ao contexto atual de crises climáticas e da necessidade por atitudes ambientalmente ecológicas. Arquivos, e em consequência, a memória de uma sociedade, sofreram impactos negativos com as enchentes no Rio Grande do Sul, de 2024, colocando sob evidência a importância de tais conteúdos estarem presentes na formação arquivística (Arquivo Nacional, 2024; Brasil, 2025a, 2025b; Brignol, 2025).

Levando em consideração esse cenário, evidencia-se a relevância de práticas arquivísticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável e temáticas afins. No qual, questiona-se no presente estudo: os cursos de graduação em Arquivologia das universidades federais e estaduais brasileiras estão fomentando essas discussões dentro de suas grades curriculares?

Para responder essa pergunta, a pesquisa pretende apresentar os resultados preliminares do nível de integração da temática da sustentabilidade nas propostas curriculares da formação arquivística brasileira, como subsídios para o desenvolvimento de uma dissertação de mestrado em Gestão da Informação. Para isso, foram mapeados os cursos de graduação em Arquivologia ofertados pelas universidades públicas, bem como identificadas disciplinas com temáticas relacionadas à sustentabilidade nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) dos cursos de graduação em Arquivologia das universidades federais e estaduais brasileiras.

2 FORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

A Arquivologia no Brasil tem como marco a criação do Arquivo Nacional, em 1838. Na época, a instituição era denominada Arquivo Público do Império e tinha sob sua

responsabilidade a guarda e a preservação dos documentos governamentais (Tanus; Araújo, 2013). A partir dos anos de 1970 inicia-se o desenvolvimento de cursos de Arquivologia no panorama nacional, com a aprovação da criação do primeiro curso superior pelo Conselho Federal de Educação em 1972 (Lima; Pedrazzi, 2015). Ainda na mesma década, a profissão de arquivista no Brasil foi regulamentada pela Lei nº 6.546 de 04 de julho de 1978 (Brasil, 1978), definindo que o exercício, bem como as atribuições da área, são permitidos aos diplomados em Arquivologia no território nacional ou exterior, desde que o diploma seja revalidado no Brasil, neste último caso.

Sendo assim, o arquivista é aquele "profissional de nível superior, com formação em Arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado" (Arquivo Nacional, 2005, p. 26) incumbido de planejar, organizar e avaliar documentos e informações em prol da salvaguarda da memória para a cidadania, cultura, direito e desenvolvimento da sociedade.

Assim, a formação arquivística pressupõe o aperfeiçoamento de competências basilares. Como elenca Oliveira (2010, p. 903), o arquivista deve "ser capaz de gerir o acervo documental, de identificar a relevância das informações existentes em diversos suportes, classificar e buscar métodos e tecnologias para disponibilizar essas informações".

Ademais, o perfil desse profissional também precisa estar alinhado à compreensão de fluxos informacionais das organizações em que atuam, colaborando com a retroalimentação de processos decisórios e com a garantia dos direitos dos indivíduos interessados.

Dessa forma, o ensino de Arquivologia nasce com a necessidade de formar indivíduos competentes em gerir o ciclo informacional das organizações em que laboram, sendo necessário capacitar o estudante para administrar de forma eficiente e eficaz os bens documentais e informacionais da instituição (Conselho Nacional de Arquivos, 2014).

2.1 PROJETOS PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento essencial para a criação, manutenção e avaliação de cursos no âmbito nacional. Nestes documentos, são apresentados perfis esperados dos egressos, bem como diretrizes, estrutura curricular, infraestrutura e identidade. Além disso, tais projetos permitem a linearidade necessária para a oferta subsequente do curso, bem como sua adaptação e reformulação quando úteis (Brasil, 2022).

Um PPC deve ser capaz de refletir questões técnicas das áreas de conhecimento, bem como carece de adaptação quando os meios sociais ou tecnológicos demandam. Na formação

arquivística essa necessidade também existe, Santa Anna (2017, p. 293) reforça que os arquivistas precisam, "tendo em vista os desafios impostos pela sociedade e diante dos paradigmas que sustentam a área, [...]" repensar suas tarefas, de forma que obtenham competências para além das ditas como tradicionais.

Nesse sentido, torna-se indissociável a relevância que os cursos e suas matrizes curriculares têm ao prepararem esses futuros profissionais para um mercado de trabalho e um corpo social cada vez mais dinâmicos e exigentes. Com visão similar, Ribas e Ziviani (2007) acreditam em uma formação interdisciplinar dos profissionais da informação, haja vista as competências de atuação frente à nova configuração de sociedades que requerem, dentre outras questões, flexibilidade, adaptação, versatilidade e consciência coletiva.

Oliveira (2010, p. 910) considera fundamental o investimento na formação do profissional arquivista, sendo que esse ensino deve "[...] se adaptar às demandas contemporâneas, em um momento em que as formações necessitam de uma abordagem mais ampla e menos tecnicista." Isso porque fatores atuais, econômicos e demandas sociais interferem diretamente na profissionalização do indivíduo, demandando o aprimoramento constante (Santa Anna, 2017), inclusive do que é ofertado em cada curso de graduação.

Corroborando com essa necessária dinamicidade, o Ministério da Educação (MEC) elenca critérios de análise de cursos, como o Indicador 1.2 - relacionado aos objetivos - pontuando como nota máxima (cinco) aquele curso em que apresente em seu PPC objetivos que incentivem novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso (Brasil, 2017).

Sendo assim, urge a necessidade de direcionar ações pensadas na sustentabilidade. Uma maneira de propagar atitudes em consonância com a dimensão ambiental é alinhar os cursos de Arquivologia e suas matrizes curriculares a essas temáticas fundamentais para a manutenção do planeta e bem-estar dos indivíduos que o habitam. Ketelaar (2025, p. 38) alerta que o trabalho arquivístico possui o desafio atual das alterações climáticas, "exigindo uma mudança urgente para uma maior sustentabilidade ambiental em todas as áreas da prática arquivística".

Para que isso seja possível, deve-se partir, inicialmente, da formação desses profissionais, de forma a muni-los das ferramentas necessárias para tais práticas sustentáveis.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Segundo Bezerra e Rodrigues (2021 p. 21), torna-se fundamental que as universidades públicas promovam a revisão e atualização permanente das ementas de seus currículos acadêmicos, visando garantir a "inserção e discussão da Educação Ambiental, considerando a importância da temática", bem como a responsabilidade diante do número de profissionais formados anualmente, que atuarão direta ou indiretamente nas questões relacionadas à sustentabilidade.

Barbieri e Silva (2011) explicam que termos relacionados ao desenvolvimento sustentável vieram a se tornar populares a partir de 1992, com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente. Antes disso, outras ocorrências importantes também foram fundamentais para o fortalecimento das temáticas de educação ambiental e sustentabilidade, como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, e a Carta de Belgrado, de 1975.

Outro marco importante para a conscientização ecológica é a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída no Brasil pela Lei nº 9.795 de 1999. Esse aparato jurídico consolida a educação ambiental como um "[...] componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal" (Brasil, 1999, Art. 2º).

Barbieri (2023, p. 40) pondera que a educação ambiental está relacionada com a capacidade de promover o desenvolvimento de "[...] uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente para atuar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas atuais e para a prevenção de novos problemas".

Caminhar para essa inserção também é repensar como o ensino superior e, mais especificamente, o curso de Arquivologia, conecta esses diálogos a favor de uma profissionalização interdisciplinar, concatenando conhecimentos econômicos, sociais, políticos e ambientais com vistas à construção de uma arquivística e de uma sociedade sustentável (Silva; Cavalari, 2025).

A pesquisa de Santos e Pinto (2021) sobre abordagens arquivísticas internacionais relacionadas à sustentabilidade conclui que o diálogo entre a temática e a Arquivologia é pertinente para o incentivo do avanço de outros estudos acerca da sustentabilidade. As autoras enfatizam ainda, a necessidade de "[...] inserção da Sustentabilidade Informacional

nos arquivos e Arquivologia, seguindo a tendência de diversas áreas de conhecimento como a Ciência da Informação e a Biblioteconomia para o efetivo alcance do desenvolvimento sustentável" (Santos; Pinto, 2021, p. 17).

Geraldo (2025) explica que Sustentabilidade Informacional pode ser compreendida como a capacidade de produzir, organizar, acessar, preservar, compartilhar e utilizar a informação de maneira ética, responsável, inclusiva e duradoura, considerando seus impactos sociais, ambientais, econômicos, tecnológicos e culturais.

Diante disto, consequentemente, ao integrar a temática da sustentabilidade nas propostas curriculares da formação arquivística no ensino brasileiro não somente é uma alternativa burocrática que atende a uma demanda imposta pelo próprio aparelho regulatório nacional, como também representa uma estratégia essencial para a qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se, quanto à abordagem, como uma pesquisa qualitativa e, quanto aos objetivos, como exploratória e descritiva. Em relação aos procedimentos técnicos, configura-se predominantemente como pesquisa documental, uma vez que seu *corpus* empírico é constituído pelos PPCs e pelas matrizes curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia ofertados por universidades públicas brasileiras. Complementarmente, realizou-se pesquisa bibliográfica com a finalidade de fundamentar teoricamente a investigação, identificar estudos relacionados à formação arquivística, sustentabilidade e educação ambiental e subsidiar a interpretação dos resultados.

A etapa bibliográfica foi realizada em abril de 2026, mediante buscas no Portal de Periódicos da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci) e na Web of Science (WoS). Foram empregados, nos idiomas português e inglês, termos relacionados a "projeto pedagógico de curso", "arquivologia", "sustentabilidade" e "educação ambiental". As buscas recuperaram 181 estudos: 43 (23,76%) no Portal de Periódicos da Capes; dois (1,10%) na BDTD; 32 (17,68%) no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; 100 (55,25%) na Brapci; e quatro (2,21%) na WoS.

Após a recuperação dos registros, procedeu-se à leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, visando identificar sua aderência ao escopo da investigação. Ao final desse processo,

foram selecionados 11 estudos.[1] Entre eles, nenhum abordava diretamente a análise dos PPCs dos cursos de Arquivologia brasileiros sob a perspectiva da sustentabilidade. Três estudos (27,27%) discutiam práticas arquivísticas articuladas à sustentabilidade, enquanto oito (72,73%) contemplavam outras abordagens relacionadas aos PPCs de Arquivologia, com destaque para temáticas como a mediação da informação.

Na etapa documental, inicialmente foi realizada consulta à base de dados do e-MEC, a partir da qual foram identificados os cursos ativos de graduação em Arquivologia no país. Dos 19 cursos ativos identificados, foram selecionados os 17 ofertados por instituições públicas federais e estaduais, que constituíram o universo desta investigação. Os dois cursos vinculados a instituições privadas não integraram o *corpus*, considerando-se o recorte estabelecido pelo estudo. Para cada um dos 17 cursos selecionados, foram consultados os respectivos PPCs e/ou matrizes curriculares disponíveis, buscando-se identificar a presença formal de componentes curriculares relacionados à sustentabilidade.

Para conferir maior sistematicidade à análise documental, adotou-se como unidade de registro o componente curricular. A identificação considerou a presença, em sua denominação, de termos como “sustentabilidade”, “sustentável”, “desenvolvimento sustentável”, “educação ambiental”, “ambiental” e expressões correlatas. Foram incluídos componentes com relação explícita à sustentabilidade e suas dimensões socioambientais, excluindo-se aqueles sem aderência direta à temática, buscando reduzir a subjetividade da classificação.

Para os componentes identificados, foram sistematizados: instituição, região, ano do PPC ou matriz curricular, carga horária do curso, denominação e modalidade de oferta (obrigatória ou optativa). Quando nenhum componente atendeu aos critérios, registrou-se “não identificado componente curricular segundo os critérios estabelecidos”.

Para o tratamento e interpretação do *corpus*, empregou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2016), desenvolvida em três fases. Na etapa de pré-análise, organizaram-se o *corpus* e os critérios de identificação. Na exploração do material, os componentes foram identificados, codificados e classificados, considerando presença/ausência, modalidade, instituição, região e temporalidade dos documentos. No tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foram analisadas frequências, proporções e padrões de inserção

[1] A relação das obras está disponibilizada no ZENODO: https://zenodo.org/records/20367934.

curricular da sustentabilidade, posteriormente interpretados à luz da literatura sobre formação arquivística, educação ambiental e sustentabilidade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil possui 27 cursos de graduação em Arquivologia registrados na base de dados do e-MEC, mas apenas 19 estão ativos. Dentro do universo de cursos ativos, um importante ponto é que são nas instituições de caráter público onde se concentram a grande maioria das ofertas do curso, formando um total de 17, restando, portanto, apenas dois cursos vinculados a instituições privadas (Brasil, c2026).

Definido o universo da pesquisa, que compreende os 17 cursos de Arquivologia públicos, buscou-se identificar nos PPCs correspondentes a oferta de disciplinas com temáticas relacionadas à Sustentabilidade, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Resultado da investigação nos PPCs dos cursos de graduação em Arquivologia federais e estaduais

Instituição	Sigla	Região	Ano do PPC/ Currículo	Carga horária total	Disciplina e modalidade
Universidade Estadual de Londrina	UEL	Sul	2022	2.411	Não localizada
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Sul	2020	2.715	Não localizada
Universidade Federal de Rio Grande	FURG	Sul	2024	2.400	Não localizada
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Sul	2022	2.685	Não localizada
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Sul	2026	2.880	Gestão da informação para sustentabilidade (optativa)
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Sudeste	2017	2.400	Não localizada
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Sudeste	2020	2.400	Não localizada
				2.400	Educação ambiental e

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Unirio	Sudeste	2013		cidadania (optativa)
Universidade Federal Fluminense	UFF	Sudeste	2006	2.660	Não localizada
Instituição	**Sigla**	**Região**	**Ano do PPC/ Currículo**	**Carga horária total**	**Disciplina e modalidade**
Universidade Estadual Paulista	Unesp	Sudeste	2021	2.670	Não localizada
Universidade de Brasília	UnB	Centro-Oeste	2023	2.400	Não localizada
Universidade Federal da Bahia	UFBA	Nordeste	2017	2.445	Não localizada
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Nordeste	2008	2.760	Sociologia do desenvolvimento sustentável (optativa)
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	Nordeste	2007	2.871	Desenvolvimento sustentável na prática arquivística (optativa)
Universidade Federal do Cariri	UFCA	Nordeste	2024	2.400	Patrimônio ambiental e sustentabilidade (obrigatória)
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Norte	2019	2.400	Educação ambiental e cidadania (optativa)
Universidade Federal do Pará	UFPA	Norte	2024	2.790	Não localizada

Fonte: dados da pesquisa (2026).

Verifica-se, no Quadro 1, que apenas seis cursos de graduação em Arquivologia contemplam, em seus PPCs ou matrizes curriculares, disciplinas relacionadas às temáticas da sustentabilidade, o que corresponde a 35,2% do universo pesquisado. Esses cursos apresentam cargas horárias totais que variam entre 2.400 e 2.880 horas, indicando que esse aspecto, isoladamente, não se configura como um fator determinante para a inclusão, ou ausência, de conteúdos voltados à sustentabilidade.

Esse resultado evidencia que, embora a sustentabilidade esteja presente em parte da formação arquivística brasileira, sua inserção formal nas estruturas curriculares ainda é limitada. A presença da temática em apenas 35,2% dos cursos analisados sugere que a

sustentabilidade ainda não se encontra consolidada como dimensão amplamente incorporada à formação arquivística brasileira.

Esse cenário assume particular relevância quando confrontado com a Política Nacional de Educação Ambiental, que estabelece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada nos diferentes níveis e modalidades do processo educativo (Brasil, 1999). Os resultados também dialogam com Bezerra e Rodrigues (2021), que destacam a necessidade de revisão e atualização permanente dos currículos acadêmicos para favorecer a inserção e discussão da educação ambiental. No âmbito específico da Arquivologia, os achados reforçam as considerações de Santos e Pinto (2021) acerca da pertinência da aproximação entre Arquivologia, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

No que se refere à modalidade de oferta das disciplinas, observa-se que cinco delas são disponibilizadas como componentes curriculares optativos. E o curso de Arquivologia da UFCA, cujo PPC foi elaborado em 2024, destaca-se como o único a ofertar uma disciplina relacionada à sustentabilidade em caráter obrigatório.

A predominância de componentes optativos merece atenção, pois demonstra que a presença formal da temática no currículo não significa, necessariamente, que todos os estudantes tenham contato com esses conteúdos ao longo de sua formação. Embora a oferta optativa represente uma iniciativa relevante de incorporação do debate, seu caráter não obrigatório pode limitar o alcance da sustentabilidade como dimensão constitutiva da formação dos futuros arquivistas.

Esse cenário pode ser relacionado às discussões de Oliveira (2010) e Santa Anna (2017), que ressaltam a necessidade de a formação arquivística responder às transformações sociais e profissionais contemporâneas e ultrapassar uma perspectiva predominantemente tecnicista. Nesse sentido, a inserção da sustentabilidade nos currículos pode ser compreendida não apenas como ampliação temática, mas como resposta às novas demandas impostas à atuação profissional.

Ao observar o período de elaboração dos PPCs e matrizes curriculares que contemplam essa temática, identifica-se que a iniciativa pioneira corresponde ao curso da UEPB, de 2007, enquanto a proposta mais recente é a da UFSC, elaborada em 2026. Embora 10 dos 17 documentos analisados tenham sido produzidos a partir de 2020, observa-se um relativo

equilíbrio entre os cursos que incluem disciplinas relacionadas à sustentabilidade: três documentos foram elaborados até 2019 e outros três entre 2020 e 2026.

Os dados não evidenciam, portanto, uma associação direta entre a atualização temporal dos PPCs e matrizes curriculares e a incorporação da sustentabilidade. Em outras palavras, possuir um documento curricular mais recente não significa, necessariamente, que o curso tenha incorporado componentes relacionados à temática.

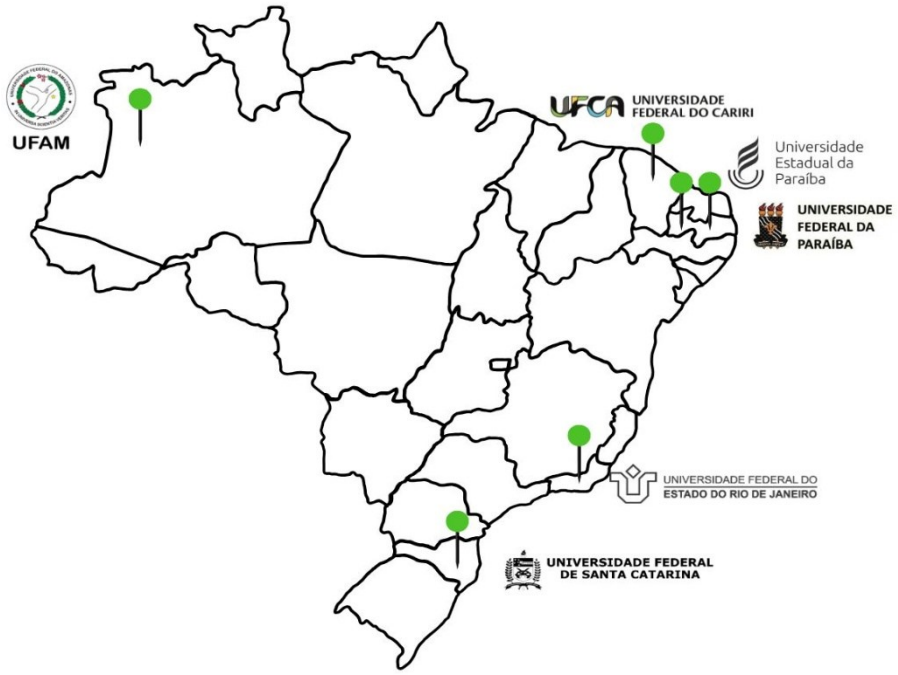
Esse achado permite problematizar a atualização curricular para além da simples renovação formal dos documentos institucionais. Santa Anna (2017) ressalta a necessidade de adaptação da formação às transformações sociais e profissionais, enquanto o instrumento de avaliação de cursos do Ministério da Educação considera positivamente a incorporação de práticas emergentes relacionadas ao campo de conhecimento (Brasil, 2017). Sob essa perspectiva, a atualização dos PPCs constitui uma oportunidade para incorporar questões contemporâneas, entre elas aquelas relacionadas à sustentabilidade e aos desafios socioambientais.

Em relação à distribuição regional, as regiões Sul e Sudeste concentram o maior número de cursos de graduação em Arquivologia, com cinco cursos cada. Entretanto, essa predominância não se mantém quando se observa especificamente a oferta de disciplinas alinhadas às temáticas da sustentabilidade, evidenciando que a presença desses conteúdos não está necessariamente associada às regiões com maior quantitativo de cursos.

Ao relacionar os dados apresentados no Quadro 1 com a Figura 1 a seguir, observa-se que, entre as regiões Sul e Sudeste, apenas uma universidade de cada região contempla disciplinas relacionadas à sustentabilidade em seus cursos de Arquivologia, sendo elas a UFSC e a Unirio, respectivamente. Em contrapartida, a região Norte, embora possua apenas dois cursos de graduação em Arquivologia, apresenta em um deles, a UFAM, a disciplina “Educação Ambiental e Cidadania”, o que representa 50% dos cursos da região.

Desta forma, percebe-se que os resultados mais expressivos destacados na Figura 1, concentram-se na região Nordeste: dos quatro cursos de Arquivologia ofertados na região, três apresentam disciplinas associadas às temáticas da sustentabilidade, correspondendo a 75% do total regional. Esse cenário evidencia uma presença mais significativa dessas discussões nos currículos dos cursos nordestinos, em comparação às demais regiões do país.

Figura 1 - Regiões e instituições que ofertam cursos de Arquivologia com disciplinas associadas à Sustentabilidade



Fonte: elaboração própria (2026).

A distribuição regional na Figura 1 demonstra que a incorporação curricular da sustentabilidade ocorre de maneira desigual entre as regiões brasileiras. Particularmente, o Nordeste apresenta presença proporcionalmente mais elevada da temática, enquanto regiões que concentram maior número absoluto de cursos, como Sul e Sudeste, apresentam menor aderência proporcional. Esse padrão regional, contudo, deve ser interpretado com cautela. O delineamento documental adotado permite identificar diferenças entre as propostas curriculares, mas não oferece elementos suficientes para estabelecer relações causais capazes de explicar por que determinada região apresenta maior ou menor presença da temática. Assim, não seria metodologicamente adequado atribuir o resultado identificado no Nordeste exclusivamente às características socioambientais, políticas ou institucionais da região sem evidências adicionais.

Ainda assim, os resultados permitem levantar hipóteses para investigações futuras. Processos institucionais de reformulação curricular, características dos corpos docentes, linhas de pesquisa desenvolvidas pelas instituições, contextos socioambientais regionais e diferentes concepções acerca da formação arquivística podem constituir elementos relacionados à incorporação da sustentabilidade nos currículos. Tais fatores, entretanto, extrapolam os limites do *corpus* documental analisado e demandam investigação específica**.**

Consequentemente, os dados coletados nas regiões Norte e Nordeste revelam resultados mais satisfatórios no que se refere à incorporação da sustentabilidade nos PPCs e matrizes curriculares dos cursos de Arquivologia. Tais evidências podem servir como ponto de partida para reflexões mais aprofundadas acerca das disparidades identificadas entre as regiões brasileiras, bem como para a compreensão das razões pelas quais o ensino de Arquivologia no Brasil ainda se mostra relativamente incipiente da incorporação mais ampla das temáticas relacionadas à sustentabilidade em seus projetos pedagógicos, apesar da relevância crescente atribuída ao tema na literatura científica da área e na sociedade.

Essa heterogeneidade regional pode ser relacionada às discussões de Silva e Cavalari (2025) acerca da ambientalização das instituições de ensino superior e à necessidade de integrar dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais à formação profissional.

Em conjunto, os resultados evidenciam três aspectos centrais: a baixa presença geral de componentes curriculares relacionados à sustentabilidade; a predominância de sua oferta em caráter optativo; e a existência de diferenças regionais em sua incorporação. Esses elementos sugerem que a inserção da sustentabilidade na formação arquivística brasileira ainda ocorre de maneira limitada e heterogênea, embora as experiências identificadas demonstrem possibilidades concretas de integração da temática às propostas curriculares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento e teve como objetivo mapear os cursos de graduação em Arquivologia ofertados por universidades federais e estaduais brasileiras. A partir da consulta ao e-MEC, foram identificados 17 cursos ativos no país, atendendo ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Posteriormente, realizou-se a análise documental dos PPCs e matrizes curriculares, buscando identificar disciplinas relacionadas às temáticas da sustentabilidade.

Os resultados demonstraram que apenas seis cursos contemplam conteúdos dessa natureza, correspondendo a aproximadamente 35% do universo analisado, respondendo, assim, à questão norteadora do estudo.

Em relação à distribuição regional, a região Nordeste apresentou os resultados mais expressivos, com 75% de seus cursos ofertando disciplinas alinhadas à temática investigada. Destaca-se, ainda, que cinco das seis disciplinas identificadas são optativas, indicando que, mesmo nos cursos que incorporam a sustentabilidade, seu acesso não é necessariamente

assegurado a todos os estudantes. Apesar de iniciativas relevantes identificadas em algumas instituições, os dados evidenciam que a incorporação da sustentabilidade no ensino de Arquivologia brasileiro ainda ocorre de forma limitada.

Dessa forma, o estudo reforça a necessidade de ampliar as discussões sobre sustentabilidade na formação arquivística, compreendendo que a universidade possui papel fundamental na preparação de profissionais mais críticos, socialmente responsáveis e comprometidos com os desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável. Como limitação, destaca-se ainda, que o estudo analisou a presença formal da temática nos PPCs e matrizes curriculares, não permitindo inferir como esses conteúdos são efetivamente desenvolvidos nas práticas pedagógicas, o que poderá ser realizado na continuidade da investigação na pesquisa do mestrado. Sendo assim, buscará aprofundar a análise das ementas, conteúdos programáticos e bibliografias, bem como investigar outras formas de inserção transversal da sustentabilidade nos currículos tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Arquivo Nacional orienta esforço pelo resgate de acervos no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 28 jul. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/arquivo-nacional-orienta-esforco-pelo-resgate-de-acervos-no-rio-grande-do-sul. Acesso em: 23 maio 2026.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial.** 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2023. Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441453/. Acesso em: 18 maio 2026.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM:** Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 12, n. 3, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ram/a/DSKVmHs8qLRFRrGcGqTKh7H/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, Letícia Gabriele da Silva; RODRIGUES, Júlia Rélene de Freitas. Análise da Educação Ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação das universidades públicas do estado do Rio Grande do Norte. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 43, n. 94, p. 1-23, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/66614. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Desenvolvimento de projetos pedagógicos de cursos técnicos.** Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/WEBDesenvolvimentodeProjetosPedagogicosdeCursosTecnicos2.pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC participa de reunião de alto nível sobre educação verde**. Brasília: MEC, 13 nov. 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2025/novembro/mec-participa-de-reuniao-de-alto-nivel-sobre-educacao-verde. Acesso em: 23 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **e-MEC**: sistema de regulação da educação superior. Brasília, DF: MEC, 2026c. Disponível em: https://emec.mec.gov.br/emec/nova. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**: autorização. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

BRASIL. Tribunal Regional Federal (4. Região). Dois projetos da JFRS envolvendo o desastre climático ganham menção honrosa. **TRF4**, Porto Alegre, 12 maio 2025b. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=29132. Acesso em: 23 maio 2026.

BRIGNOL, Mariana. Um ano após as enchentes no RS: o trabalho de recuperação de arquivos realizado pelo DAG/UFSM. **UFSM**, Santa Maria, 8 maio 2025. Disponível em: https://www.ufsm.br/2025/05/08/um-ano-apos-as-enchentes-no-rs-o-trabalho-de-recuperacao-de-arquivos-realizado-pelo-dag-ufsm. Acesso em: 23 maio 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais:** transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-

br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Cartilha_criacao_arquivos_municipais.pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

GERALDO, Genilson. **Proposição de diretrizes de qualidade e asseguração informacional para monitoramento de Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável**. 2025. 382 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/265033/PCIN0387-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y. Acesso em: 23 maio 2026.

KETELAAR, Eric. Celebrando a transformação dos arquivos. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**, Coimbra, v. 38, n. 1, p. 37-64, 2025. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/15651/10827. Acesso em: 10 set. 2026.

LIMA, Eliseu dos Santos; PEDRAZZI, Fernanda Kieling. Formação, atuação, regulamentação e associativismo profissional do arquivista brasileiro. **Revista Sociais e Humanas**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 1, p. 27-45, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/11279/pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. As habilidades demandadas aos arquivistas para o exercício profissional no mercado de trabalho de Brasília. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., 2010, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: AARQES, 2010, p. 902-912. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nsJ_swVnZzBlIWAJLVXLy8bzjb9TiWln/view. Acesso em: 17 maio 2026.

RIBAS, Cláudia Silveira da Cunha; ZIVIANI, Paula. O profissional da informação: rumos e desafios para uma sociedade inclusiva. **Informação & Sociedade:** Estudos, Paraíba, v. 17, n. 3, p. 47-57, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/638/1614. Acesso em: 17 maio 2026.

SANTA ANNA, Jorge. O arquivista como moderno profissional da informação: análise de competências à luz da literatura e da formação curricular. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 289-307, 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8644523/pdf_1. Acesso em: 17 maio 2026.

SANTOS, Luana Lobo dos; PINTO, Marli Dias de Souza. Abordagens arquivísticas internacionais sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, [*s.l.*], v. 14, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/197108. Acesso em: 18 maio 2025.

SILVA, Dayane Santos; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Ambientalização nas instituições de ensino superior: uma análise polifônica da produção acadêmica em educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 1-20, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5m3VxtN7VH3SctKkyWYVGL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 maio 2026.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Santa Catarina, v. 18, n. 37, p. 83-102, 2013. Disponível em: https://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/476350/823985/27332-Texto-do-Artigo-101071-1-10-20130823.pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.